

AGRICULTOR/A

O fornecimento da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar na pandemia de Covid-19



ÓAÊ

observatório da
alimentação
escolar

**Levanta
DADOS**

AGRICULTOR/A

2021

CONTA PRA
GEN
AGRICULTOR(A)



ÓAÊ



O fornecimento da agricultura familiar para a alimentação escolar na pandemia de Covid-19

A pesquisa Conta pra Gente Agricultor teve como objetivo levantar informações sobre o que estava acontecendo com a aquisição de alimentos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), por agricultoras e agricultores familiares, durante a pandemia da Covid-19. Foram ouvidas/os um total de 516 agricultoras/es de todas as cinco regiões do país, presentes em 321 municípios. Do total de respondentes, 109 se prontificaram a contribuir com a pesquisa, mas não se encontravam no recorte estabelecido, que contemplou as/os agricultoras/es que forneceram para o PNAE, ao menos uma vez, nos últimos três anos (2019 a 2021). Dessa forma, foram consideradas para análise 407 respostas válidas.

O estudo é parte de uma estratégia mais ampla do ÓAÊ que visa ampliar a escuta, as narrativas e o diálogo com estudantes e suas famílias, agricultoras e agricultores familiares, produzindo subsídios para sensibilizar a sociedade em defesa de uma alimentação adequada e saudável no âmbito do PNAE.

Os dados revelam que, no universo pesquisado, durante a pandemia da Covid-19 o acesso das/os agricultoras/es familiares ao programa foi prejudicado, por interrupções ou significativas reduções nas compras, o não cum-

primário de contratos vigentes pelas gestões públicas locais, mesmo após a autorização dada pelo FNDE para a compra de gêneros alimentícios com recursos do PNAE. O que aponta a existência de grupos que têm contrato ou interesse em fornecer para o PNAE, mas não conseguiram acessar esse mercado durante a pandemia. O **caso de Sandovalina** exemplifica essa situação. Neste município do interior de São Paulo, assentadas/os da reforma agrária relatam que houve redução da renda familiar com a não abertura de chamadas públicas para concorrer ao PNAE. Apenas ao final de 2020 a prefeitura municipal começou a adquirir alguns tipos de alimentos, em pequenas quantidades, para compor os “kits escolares” distribuídos aos estudantes.



A metodologia desta pesquisa consistiu em uma primeira etapa de elaboração de questionário com a participação ativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e a sensibilização e mobilização junto a outros movimentos sociais do campo, da floresta e das águas. Para além do MST, participaram na divulgação da campanha e distribuição dos questionários on-line o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), a Articulação Nacional de

Levanta Dados

Agroecologia (ANA), a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), e a Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ). A coleta de dados foi feita exclusivamente a partir deste questionário online, disponibilizado pela Plataforma SurveyMonkey. As respostas foram coletadas entre os dias 22 de setembro e 7 de novembro e a divulgação foi feita a partir das redes sociais e grupos de WhatsApp do ÓAÊ, de seu comitê gestor, e das organizações e movimentos acima citados. Para garantir a qualidade da pesquisa online, o banco de dados passou por uma criteriosa avaliação de consistência de dados. Foram excluídas um total de 197 respostas, por duplicação, ou insuficiente preenchimento (menos de 70% do questionário).

O relatório está dividido em dois blocos. O primeiro é dedicado a apresentar o perfil das/dos respondentes, e o segundo bloco explora detalhadamente como foi o acesso ao programa ao longo dos anos de 2020 e 2021, englobando desde questões relacionadas à produção/distribuição, até os problemas ocasionados pelas intercorrências contratuais.



Perfil das agricultoras e agricultores

A pesquisa buscou contemplar a diversidade de arranjos organizativos existentes no campo, para tanto, foi fundamental identificar a forma como as/os respondentes acessam o PNAE. Responderam ao questionário: i) 236 representantes de grupos produtivos formais, o equivalente a 58% do total de respondentes, ii) 34 representantes de grupos produtivos informais, referente a 8% do total de respondentes, e iii) 137 produtoras/es individuais, o que corresponde a 34%. Cabe mencionar que dentre os grupos formais respondentes estão cooperativas de diferentes portes, cuja conformação varia de 20 até 5 mil associados, como no caso da Cooperativa Central de Comercialização da Agricultura Familiar de Economia Solidária (CECAFES), composta por dezenove cooperativas associadas e milhares de agricultoras/es familiares.

No que diz respeito às regiões, parte dos produtores/as (42%) estão localizados na região Nordeste, seguida pelo Sul (33%), Sudeste (16%), Norte (5%) e Centro-oeste (3%). Cabe destacar a forte participação das mulheres, responsáveis por 55,18% das respostas. Em relação à cor/raça 58% das pessoas respondentes se identificaram como pretas ou pardas, 40% como brancas, 2% como amarelas, 1% como indígenas. Cabe reconhecer a necessidade de estudos específicos para a compreensão do acesso de povos indígenas e os povos e comunidades tradicionais ao PNAE.

Gráfico 1: Como as agricultoras e agricultores se organizam?

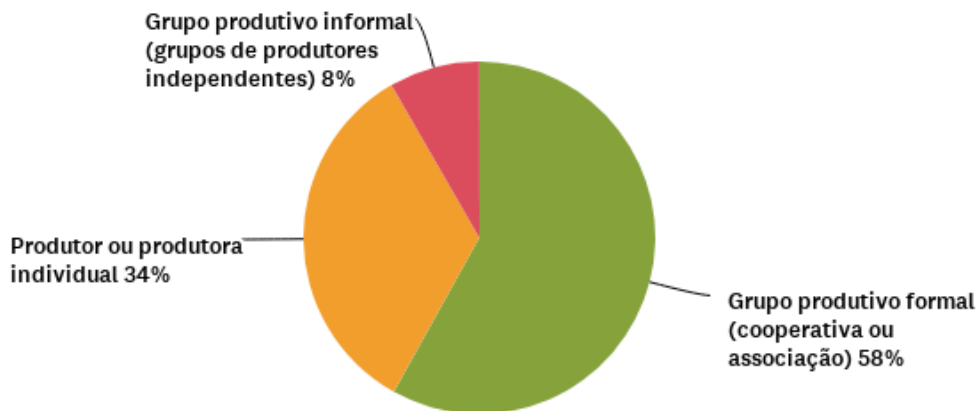


Gráfico 2: Distribuição por região

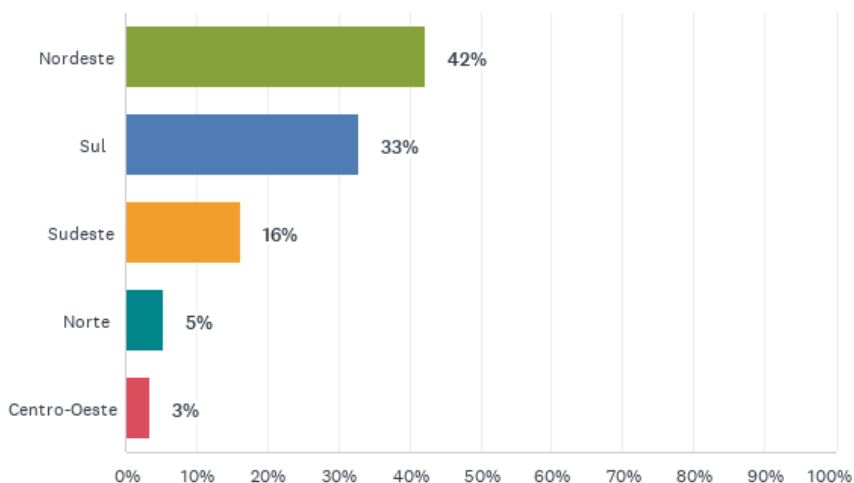
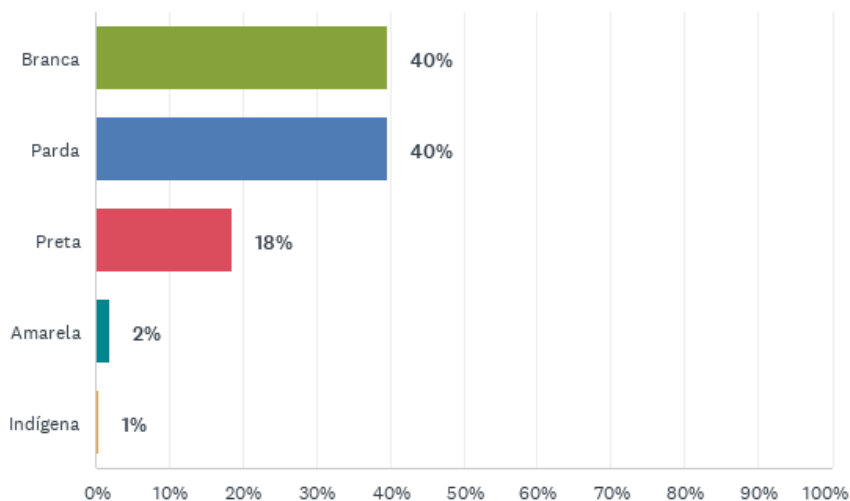


Gráfico 3: Agricultoras e agricultores por gênero**Gráfico 4: distribuição por cor ou raça**

O que aconteceu com as compras da agricultura familiar durante a pandemia da covid-19?



A destinação de 30% dos recursos do PNAE para a compra de produtos advindos da agricultura familiar é prevista na **lei nº 11.947/2009**. Desde sua promulgação, entidades, coletivos e organizações de agricultores/as se mobilizam para que as gestões públicas locais se comprometam e cumpram com o determinado pela legislação. A execução desse dispositivo não só permite que as/os agricultoras/es tenham acesso a uma nova modalidade de contrato para escoamento de suas produções, como também viabiliza a oferta de alimentos frescos e regionais, prezando pela qualidade da alimentação que é oferecida nas escolas.

A análise neste bloco se concentra em explorar como se deram as relações entre o poder público e as agricultoras e agricultores ao longo da pandemia da Covid-19, no que diz respeito ao cumprimento dos contratos e acordos estabelecidos. Além de destacar os impactos orçamentários, e questões como o desperdício de alimentos, uma das consequências da dificuldade de escoar a produção previamente planejada para atendimento do PNAE.



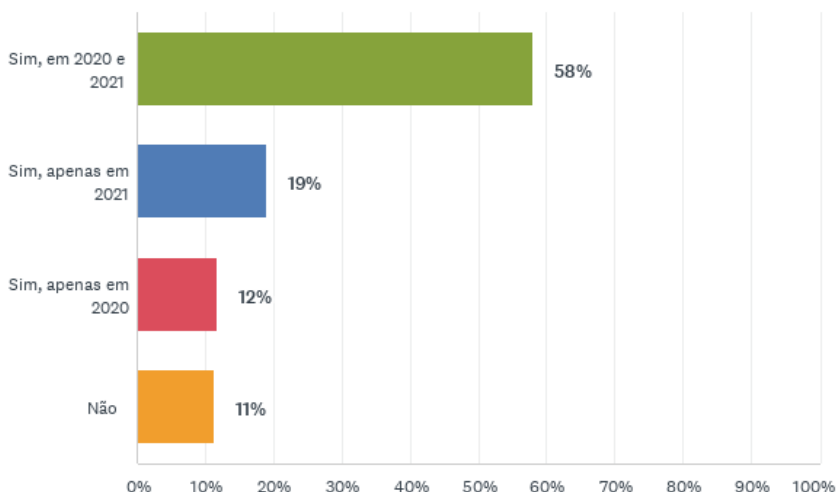
A **Resolução nº02/2020 FNDE/MEC**, que autorizou o uso dos recursos do PNAE para a compra de gêneros alimentí-

cios, determinou que as cestas/kits distribuídos no contexto da pandemia da Covid-19 tivessem em sua composição alimentos *in natura* e minimamente processados, para tanto, era imprescindível o cumprimento de contratos vigentes com a agricultura familiar, bem como a abertura de novas chamadas públicas. No entanto, o que se viu foi a interrupção ou significativa redução das compras da agricultura familiar, a irregularidade na distribuição das cestas/kits e a perda de qualidade dos alimentos oferecidos aos estudantes.

Dentre as/os respondentes (agricultoras e agricultoras que forneceram ao PNAE nos três anos anteriores à pandemia), 11% revelam que até novembro de 2021 não haviam voltado a fornecer ao programa, 19% o fizeram apenas em 2021. 58% seguiram com o fornecimento em ambos os anos.



Gráfico 5: Você ou o grupo produtivo chegaram a fornecer alimentos para a alimentação escolar em 2020-2021, durante a pandemia?



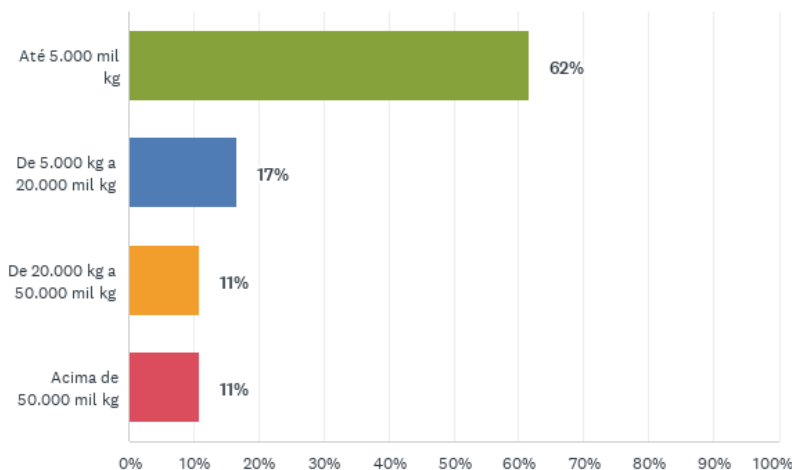
Alguns relatos ilustram a situação que se viveu nos últimos dois anos. No bojo dos problemas enfrentados pelas/os agricultoras/os estão o aumento dos preços e dos custos com a logística, as adaptações necessárias nas dinâmicas de entrega e fracionamento das embalagens, e a irregularidade e falta de programação dos calendários.

- “Baixíssimas procuras pelos produtos da agricultura familiar. Atraso nos pedidos, perda das lavouras por não ter procura na época de safra. Preço de produtos abaixo do preço de mercado. Instabilidade financeira e falta de oferta e recursos para o setor.”
- “Na maioria dos municípios preferiram comprar alimentos industrializados para fazer cestas básicas e não deram preferência à agricultura familiar.”

- “Diminuição dos quantitativos entregues por escola, o que tornou a logística bem complicada e muitas vezes a entrega inviável.”
- “Atrasos na execução do projeto; mudanças nas formas de embalagens dos produtos para facilitar a formação de kits; falta de transporte adequado para atender a demanda”

Os dados revelam a dimensão do fornecimento de alimentos da agricultura familiar, mesmo no contexto da pandemia. 62% dos respondentes forneceram até 5 toneladas de alimentos, enquanto 11% informaram ter fornecido mais do que 50 toneladas de alimentos em 2020 e 2021. O que aponta, mesmo em um contexto bastante adverso, a potência da agricultura familiar no fornecimento para o PNAE.

Gráfico 6: Quantas toneladas de alimentos (aproximadamente) você ou o grupo produtivo forneceu para o PNAE em 2020/2021 durante a pandemia?

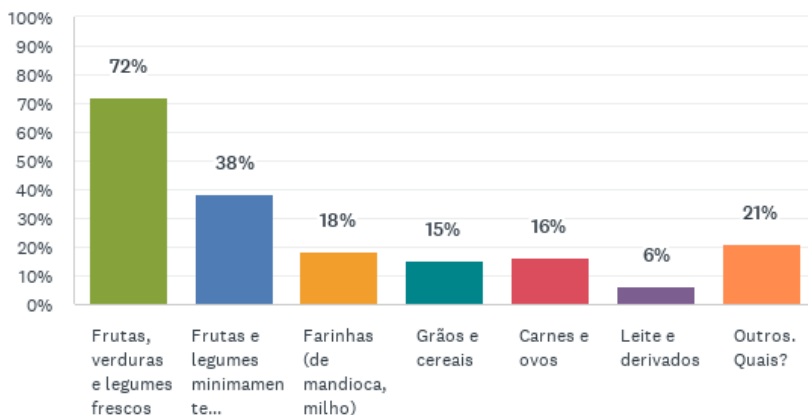


Hortaliças e frutas frescas corresponderam a 72% dos alimentos ofertados, seguidos de frutas e legumes minimamente processados (como compotas e geleias), perfazendo 38% das entregas. Na categoria “outros”, com 21%, encontram-se pescados, pães e bolos, ovos, molho de tomate e biscoitos caseiros, dentre outros alimentos. Cabe destacar que, como observado na campanha



Conta Pra Gente Estudante, realizada pelo ÓAÊ em 2021, os estudantes confirmam que hortaliças, frutas e verduras foram os alimentos que estiveram em menor proporção nas cestas/kits entregues pelas gestões locais.

Gráfico 7: Que tipo de alimentos você ou seu grupo produtivo forneceu em 2020-2021 durante a pandemia?



No que diz respeito aos contratos para o fornecimento de alimentos, 87% manifestaram ter contratos vigentes durante a pandemia. No entanto, dentre estes, cerca de 30% relatam que os contratos não estavam sendo cumpridos ou ainda estavam em fase de negociação. Os gráficos abaixo apresentam estes dados.

Gráfico 8: Você ou o grupo produtivo tem/tiveram contrato vigente para o fornecimento de alimentos durante a pandemia (2020/2021)?

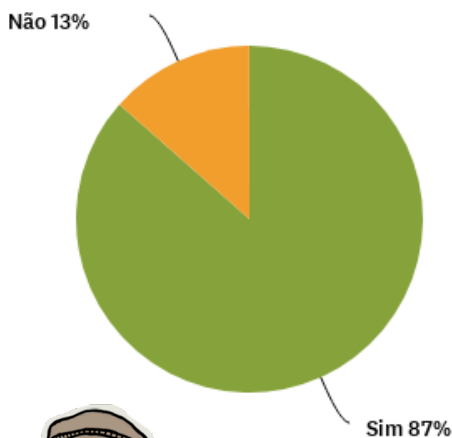
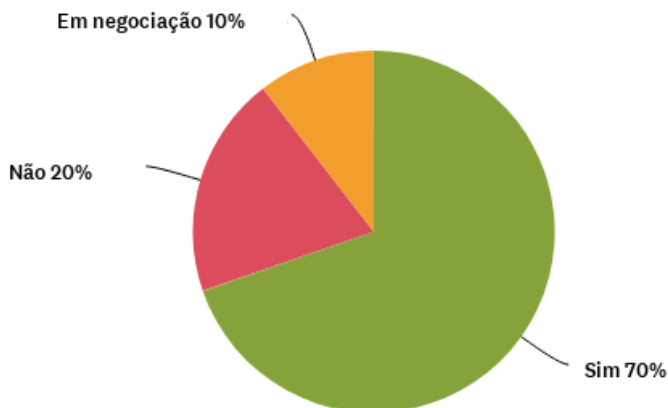


Gráfico 9: Estão sendo mantidos os acordos contratuais e calendário de entrega previamente estipulados durante a pandemia?



Seguem relatos que ilustram as dificuldades enfrentadas.

- “A falta de compromisso dos governos municipais e do estado com os contratos que não foram honrados.”
- “A baixa quantidade dos produtos ofertados nesta última chamada de 2021, fez com que os produtores da agricultura familiar ficassem frustrados com suas rendas, sendo que muitos deles dependem exclusivamente dessa renda.”
- “O contrato foi feito com o agricultor, mas não fizeram a compra. O meu contrato era de 19.000, mas compraram só 3.000. E o meu investimento para produzir todos os alimentos? Eu perdi. Minha família teve um grande prejuízo.”

- *“As quantidades de entregas de pães e doces diminuíram muito. Cada mês eu entregava 107 kg de doces e agora só entrego 30 ou menos, e nem todos os meses. Este ano só tivemos 5 entregas comprometendo muito a renda familiar.”*
- *“Falta de regularidade nas entregas e quantidades pedidas. Além de exclusão de itens que fazem parte dos produtos relacionados no contrato de venda.”*

Em relação às chamadas públicas que aconteceram no contexto da pandemia, 84% dos respondentes afirmaram ter participado de pelo menos uma. Parcela significativa de respondentes (21%) não foi chamada a participar do processo de elaboração das chamadas públicas. As organizações de assistência técnica e as entidades executoras (estaduais e municipais), têm papel fundamental na divulgação destas chamadas. Pouco mais da metade (51%) das/dos respondentes ficou sabendo do edital por meio destes agentes e/ou da secretaria de agricultura. No que diz respeito à elaboração dos projetos para conseguirem acessar a chamada pública, metade (50%) afirmaram ter recebido assistência técnica de dirigentes da própria cooperativa, 34% de técnicos ligados ao governo do município e/ou estado, e apenas 10% informaram que a família consegue concorrer por conta própria, sem depender desse tipo de assistência. Esses dados estão apresentados nos gráficos abaixo.

Gráfico 10: Você ou seu grupo participaram de chamadas públicas em 2020/2021?

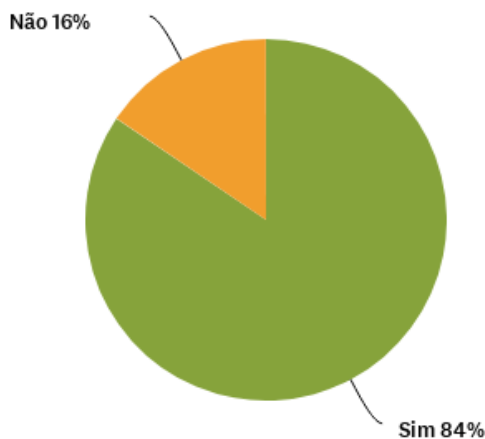


Gráfico 11: Você ou o seu grupo produtivo participam da elaboração das chamadas públicas do PNAE?

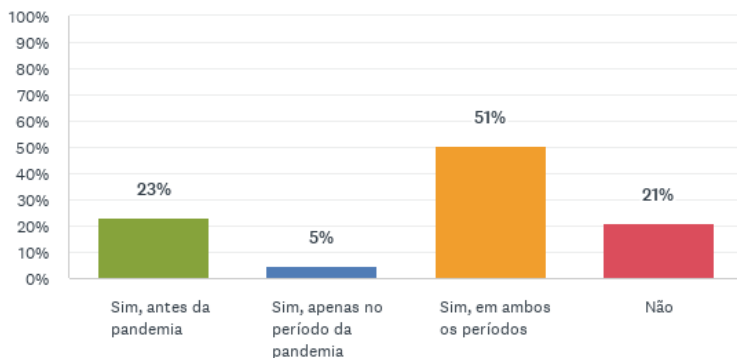




Gráfico 12: Como você ou o seu grupo produtivo ficaram sabendo da chamada pública?

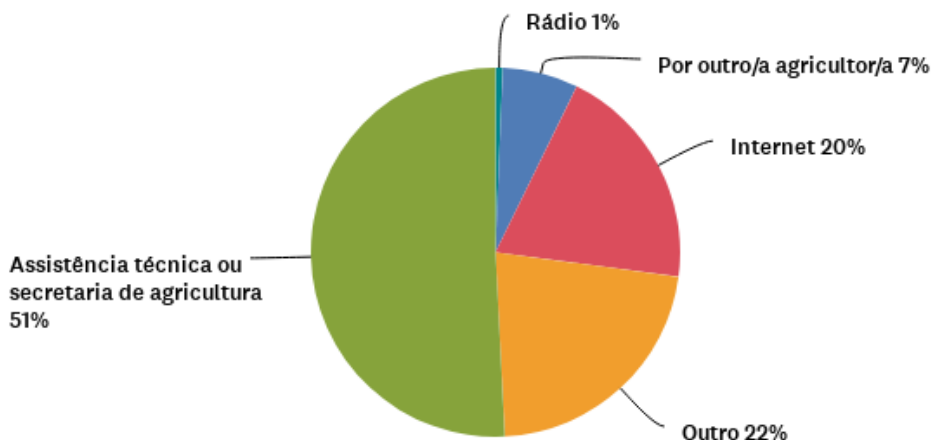
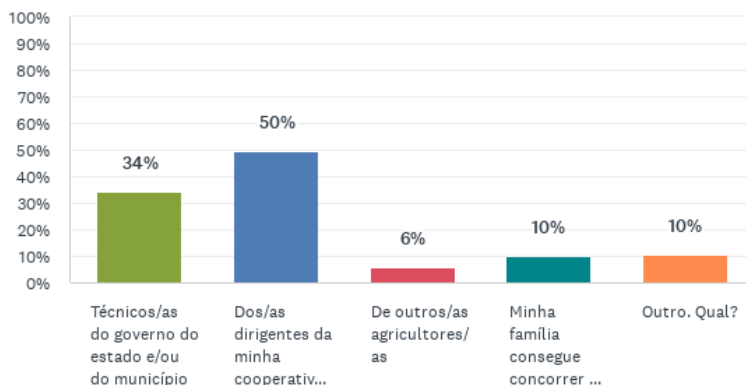


Gráfico 13: Você ou seu grupo produtivo receberam algum tipo de assistência na elaboração do projeto para concorrer à chamada pública?



Levanta Dados

A interrupção ou significativa redução das compras, teve como consequência o desperdício e perda da capacidade de planejamento da produção. Entre os respondentes da pesquisa, 81% afirmaram ter tido o planejamento de produção e colheita previstos para atender a demanda do PNAE comprometidos, 56% relataram ter sofrido com desperdícios em decorrência dessas interrupções nas compras e rompimento dos contratos. Como alternativa solidária, 78% dos agricultoras/es engajaram-se em iniciativas de doação de alimentos, conforme apresentado abaixo.

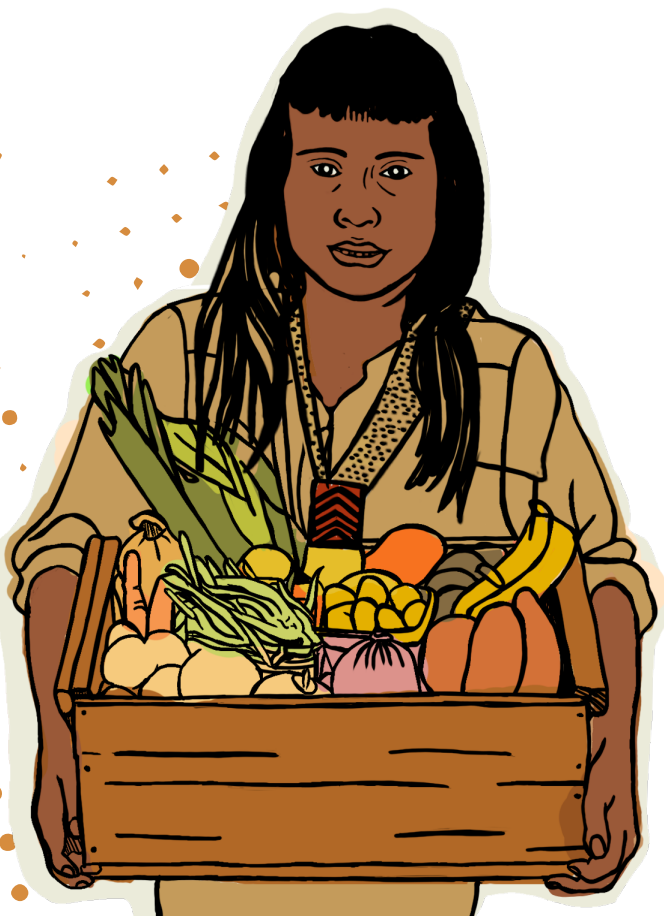


Gráfico 14: Você ou agricultoras/es do seu grupo produtivo tiveram o planejamento de produção e colheita comprometidos por conta de interrupção ou indefinições quanto às compras do PNAE, no contexto da pandemia (2020/2021)?

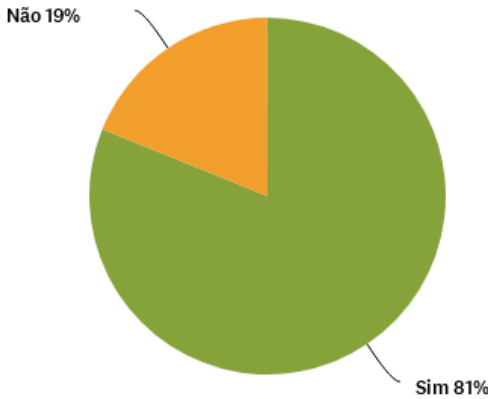
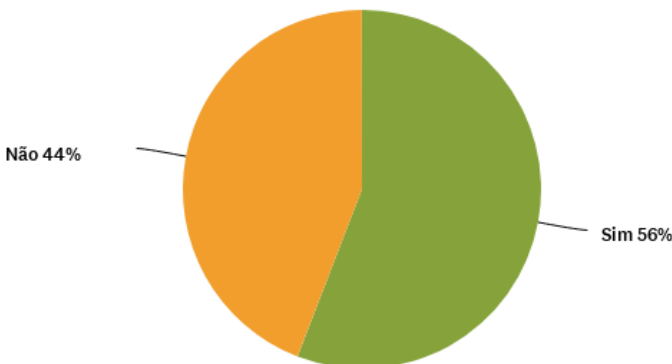
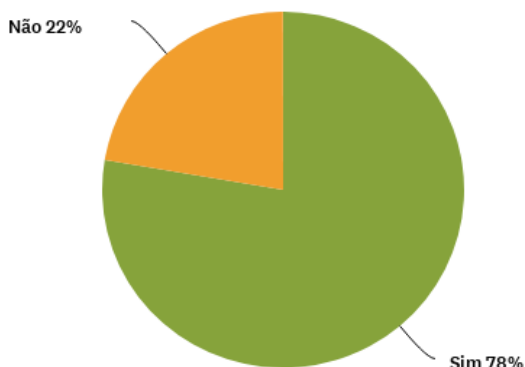


Gráfico 15: Houve desperdício de alimentos produzidos por sua família ou pelas/os agricultoras/es do grupo, que estavam previstos para serem entregues à alimentação escolar durante a pandemia (2020/2021)?



- “Nós da agricultura familiar, perdemos os produtos da época.”
- “Perdemos muito produto em 2020, e não tínhamos pra quem vender. Com as escolas fechadas a prefeitura não comprava.”
- “Os agricultores venderam sua produção na feira livre, que por conta da pandemia só funcionou por um período de 8 meses. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) estadual comprou os outros produtos para distribuir para as famílias do município, inclusive municípios vizinhos.”

Gráfico 16: O grupo se engajou em iniciativas de solidariedade durante a pandemia (2020/2021)?



Conclusão

O combate à desigualdade social no campo está diretamente associado à formulação de políticas públicas para fomentar o desenvolvimento das famílias de pequenos agricultores e pequenas agricultoras. Para além disso, é preciso que estas políticas públicas se constituam enquanto mecanismos para a emancipação dessas pessoas, respeitando suas técnicas, tempos, territórios e expressões culturais.

Para incidir sobre essas políticas públicas, projetando processos avaliativos e propositivos, a sociedade organizada precisa conhecer as políticas nos seus aspectos jurídicos e institucionais, mas também sobre a ótica popular, pelas narrativas daquelas e daqueles que as acessam. É esse o papel que esta pesquisa buscou cumprir, ao abrir um canal de expressão a agricultoras e agricultores.

Os resultados evidenciam que o PNAE é uma possibilidade efetiva de geração de renda para a agricultura familiar, o que se dá a partir de atividades de produção de alimentos que já são parte do cotidiano dessas famílias. A pandemia alterou as dinâmicas de compras públicas e abastecimento popular, prejudicando as famílias que participam destes sistemas locais de abastecimento. Os dados revelam que uma parcela significativa das agricultoras e agricultores do universo pesquisado sofreu com a interrupção ou significativa redução das compras e descumprimento de contratos, o que em muitos

casos levou a perdas na capacidade de planejamento e desperdício de alimentos, em um contexto de aumento da pobreza e da fome no campo. Os relatos revelam a preferência das prefeituras e governos estaduais por produtos industrializados, diminuição e irregularidade nas compras, mas também a possibilidade de soluções conjuntas quando se estabelece o diálogo entre as partes. Mesmo durante a pandemia, e com todos os desafios compartilhados entre agricultoras/es e poder público, milhares de toneladas de alimentos foram comprados, com a prevalência de alimentos saudáveis e não processados. O que mostra que quando há diálogo e vontade política, mesmo em tempos de pandemia e distribuição de cestas, é possível manter a compra direta e a distribuição de alimentos saudáveis.

Outro importante aspecto é a relevância das redes de assistência técnica nos processos de chamada pública que viabilizam a compra direta da agricultura familiar, tanto as públicas, quanto as que são feitas no âmbito das próprias cooperativas e grupos informais de agricultoras e agricultores. Neste sentido é muito preocupante o acelerado desmonte da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), que desempenha papel fundamental na sustentação da rede de abastecimento local do PNAE.

É fundamental que as agricultoras e os agricultores familiares estejam acompanhando organicamente o processo de construção dos editais de chamadas públicas, compartilhando informações sobre os alimentos disponíveis, participando de negociações dos contratos em situações

de calamidade como a que vivemos, participando de espaços de avaliação ao fechamento das chamadas, e participando das estratégias de planejamento do PNAE. A nível nacional, a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e do Comitê Consultivo do PNAE, espaços que exerciam importante papel no diálogo e mediação com os movimentos camponeses, fragilizam as perspectivas de adaptação e monitoramento, neste contexto de crise. A mobilização e participação dos movimentos sociais do campo é fundamental, para assegurar a perspectiva de fornecimento de alimentos frescos e saudáveis às escolas e a valorização da produção das agricultoras e agricultores, a partir do reconhecimento e valorização das produções regionais, mesmo diante da crise do Covid-19.



Ficha técnica

Este relatório é um documento do Observatório da Alimentação Escolar
OBSERVATÓRIO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Comitê Gestor:

ActionAid

Campanha Nacional pelo Direito à Educação

Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional - FBSSAN

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST

Organização referência de gênero e raça:

Rede de Mulheres Negras para Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional - REDESSAN

Comitê Ampliado:

Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação - FINEDUCA

Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável

Articulação Nacional de Agroecologia - ANA

Articulação do Semiárido Brasileiro - ASA

Comissão de Presidentes de CONSEAs Estaduais - CPCE

Fórum Nacional dos Conselhos de Alimentação Escolar

FIAN Brasil

Federação Nacional dos Estudantes em Ensino Técnico - FENET

Levante Popular da Juventude

Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA

Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional - RedePENSSAN

Rede de Mulheres Negras para a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional - REDESSAN

União Nacional dos Estudantes - UNE

União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação - UNCME

Coordenação e organização da publicação:

Mariana Santarelli

Sistematização e redação:

Gabriele Carvalho de Freitas, Diógenes Rebelo, Mariana Santarelli

Revisão crítica:

Emmanuel Ponte, Marcele Frossard, Simone Magalhães, Thais Lervolino, Vanessa Schottz

Diagramação: *Talita Aquino*

Ilustrações: *Paula Dager, Sophia Andrezza*

Observatório da Alimentação Escolar - ÓAÊ

Site: <https://alimentacaoescolar.org.br/>

E-mail: observatorio@alimentacaoescolar.org.br

DEZEMBRO 2021

apoio **IBIRAPITANGA**



Levanta
DADOS

AGRICULTOR/A



apoio

IBIRAPITANGA